

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**LEI Nº 536, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021**

Estima a receita e fixa a despesa do município de CAMPO REDONDO para o exercício de 2022, e dá outras providências.

**O POVO DA CIDADE DE CAMPO REDONDO**, por seus representantes, aprovou e **EU**, em seu nome, nos termos da Lei Orgânica Municipal, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

**TITULO I**  
**DISPOSIÇÃO GERAL**

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do município de CAMPO REDONDO para o exercício de 2022, compreendendo:

Orçamento Fiscal;  
Orçamento da Seguridade Social, ambos referentes aos seus órgãos.

**TITULO II**  
**DOS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2º A receita total e estimada no valor de R\$ 40.182.308,00 (quarenta milhões, cento e oitenta e dois mil, trezentos e oito reais).

Art. 3º As receitas que decorrerão da arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, e discriminadas na tabela I, são estimadas com o seguinte desdobramento:

**R E C E I T A - 2 0 2 1**  
**TABELA I**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL	%
RECEITAS CORRENTES	36.216.428,00	90,13
RECEITA TRIBUTARIA	556.200,00	1,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.193.500,00	2,97
RECEITA PATRIMONIAL	1.051.790,00	2,62
RECEITA DE SERVIÇOS	10.800,00	0,03
TRANSFERENCIAS CORRENTES	36.270.532,00	90,26
DED. REC. P/ FORMAÇÃO DO FUNDEF	(3.139.074,00)	(7,81)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	272.680,00	0,68
RECEITAS DE CAPITAL	2.624.880,00	6,53
ALIENAÇÃO DE BENS	22.680,00	0,06
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.894.200,00	4,71
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	708.000,00	1,76
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.341.000,00	3,34
CONTRIBUIÇÕES	1.091.000,00	2,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250.000,00	0,62
TOTAL DA RECEITA	40.182.308,00	100,00

**FIXAÇÃO DA DESPESA**

Art. 4º A despesa total e fixada no valor de R\$ 39.582.308,00 (trinta e nove milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, trezentos e oito reais).

Parágrafo único. A diferença entre a receita e despesa, na importância de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), servirá como reserva de contingência, que de acordo com o Decreto Lei nº 1.763, de 16 de janeiro de 1980, será usada como recurso para abertura de créditos adicionais.

Art. 5º A despesa fixada à conta de recursos previsto no artigo 3º desta Lei, a ser executada orçamentária e financeiramente observará a discriminação constante na tabela II, apresentada a seguir:

**DESPESA POR PODER E ÓRGÃO**  
**TABELA II**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL	%
I - PODER LEGISLATIVO	1.404.000,00	3,49
II - PODER EXECUTIVO	11.814.066,00	29,40
SECRETARIA DO GABINETE CIVIL	803.061,00	2,00
PROCURADORIA MUNICIPAL	257.904,00	0,64
ASSESSORIAS ESPECIFICAS	136.080,00	0,34

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO	2.020.550,00	5,03
SEC. MUN. DE PLANEJ. E DES. ECONÔMICO	212.490,00	0,53
SEC. MUN. DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO	850.230,00	2,12
SEC. MUN. DE AGRIC. ABAST.E RECURSOS HIDRICOS	1.727.995,00	4,30
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	543.618,00	1,35
SEC. MUN. DE SAÚDE	307.260,00	0,76
SEC. MUN. DO TRAB. HABIT. E ASSISTÊNCIA SOCIAL	505.440,00	1,26
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERV. URBANOS	2.951.218,00	7,34
SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	706.040,00	1,76
SEC. MUN. DE TRANSPORTE	226.800,00	0,56
SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER	316.440,00	0,79
SEC. MUN. DE JUVENTUDE	73.440,00	0,18
SEC. MUN. DE CULTURA	175.500,00	0,44
III – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.800.640,00	19,41
IV – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.758.780,00	4,38
V- FUNDO DE PREVIDENCIA DE CAMPO REDONDO	3.245.800,00	8,08
VI- FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	13.258.782,00	33,00
VII- FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	300.240,00	0,75
SUB-TOTAL DA DESPESA	39.582.308,00	98,51
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	600.000,00	1,49
TOTAL DA DESPESA	40.182.308,00	100,00

Art. 6º Ficam determinadas como fontes de recursos, as especificações existentes no orçamento geral com os seus respectivos códigos.

Art. 7º O poder executivo fica autorizado a:

I – Realizar Operações de Crédito por antecipação da Receita, até o valor fixado nesta Lei, de acordo com Resolução nº 078, de 01 de julho de 1998, do Senado Federal e alterada pela Resolução 043/2001.

II – Abrir créditos suplementares para atender insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total da despesa fixada nesta Lei.

III – A proceder a transposição, remanejamento ou transferência de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite estabelecido no inciso II deste artigo.

§1º - A suplementação, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza da Despesa (GND) para outro, poderão ser feitas por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal, no âmbito do Poder Legislativo.

§2º - A movimentação de crédito no mesmo Grupo de Natureza da Despesa (GND), de um elemento econômico para outro, ou de uma Fonte de Recurso para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, do mesmo órgão, não compreenderá o limite previsto no Inciso II, deste artigo, poderão ser aprovados por Portaria da Secretaria Municipal de Administração.

§3º - Os créditos adicionais abertos para cobertura de despesas a serem financiados com recursos transferidos pela União, Estado e outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, decorrentes de acordos, convênios, contratos e outras modalidades de transferências voluntárias e seus respectivos saldos, não serão computados no limite de que trata o Inciso II deste artigo, podendo ser abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe deram causa.

§4º - Para efeito de apuração do limite a que se refere o Inciso II, não serão computados os valores de créditos suplementares cuja fonte de recursos seja proveniente do excesso de arrecadação:

I – De convênios, contratos e outros instrumentos congêneres, de qualquer natureza, previstos no art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993;

II – De receitas previstas ou não no orçamento, apurado por ocasião da emissão do Relatório a que se refere o art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme o art. 8º desta Lei.

III – Realizar remanejamento de valores em elementos de despesa dentro da mesma categoria econômica.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, além do limite fixado no Art. 7º, créditos adicionais que tenham como fonte de recursos provenientes do excesso de arrecadação das receitas estimadas na presente Lei, até o limite da variação positiva entre o valor da receita estimada para cada bimestre e a efetivamente arrecadada no mesmo período, apurado por ocasião da emissão do Relatório a que se refere o art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§1º - Considera-se como receita estimada para cada bimestre a que se refere o Caput, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da receita estimada para o exercício.

§2º - Para efeito da apuração do excesso de que trata o Caput, relativo ao último bimestre de 2021, a receita correspondente ao mês de dezembro será projetada com base na média aritmética da arrecadação dos meses de outubro e novembro.

Art. 9º O Poder Executivo fica obrigado a repassar mensalmente para a Câmara Municipal, 7% (sete por cento) da receita resultante de impostos e transferências efetivamente arrecadadas no ano imediatamente anterior ao do repasse.

TITULO III  
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo “Dr. José Alberany de Souza”, em 24 de novembro de 2021.

**RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro  
**Código Identificador:**F2412A4D

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 25/11/2021. Edição 2658  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>